



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos Sociais e participação social)

**TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

**Os movimentos sociais frente às tentativas de expansão  
do capital: realidade do Movimento dos Trabalhadores  
Rurais Sem Terra (MST) no contexto neoliberal**

Lara Barreiro Feitoza<sup>1</sup>  
Sara Almeida de Carvalho Mayrink Mayrink<sup>2</sup>  
Suellen Paula de Araujo Alves<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho expõe como o MST, enquanto movimento social, sofre um processo de criminalização desde sua gênese, se aprofundando na atual conjuntura política brasileira dado o cenário mundial de avanço do conservadorismo. Nesta perspectiva, este artigo visa expor os diversos desafios que o movimento pode vir a sofrer no âmbito da luta de classes. A sistematização aqui presente foi feita a partir de análise bibliográfica e de reportagens atuais, permitindo concluir que, no contexto de aprofundamento de políticas conservadoras, são necessárias articulações entre o MST e os diversos segmentos da sociedade, de forma a ampliar a sua luta política.

**Palavras-chave:** MST; Movimentos Sociais; Pós-modernidade; Criminalização; Neoliberalismo.

**Abstract:** The present paper exposes how the MST, as a social movement, goes through a process of criminalization since its genesis, deepening in the current Brazilian political situation, given the advance of conservatism in the world scenario. In this perspective, this article aims to expose the various challenges that the movement may suffer in the context of the class struggle. The systematization presented here was based on bibliographical and news analysis, allowing us to conclude the context of deepening conservative policies, articulations between the MST and the various segments of society are necessary in order to broaden its political struggle.

**Keywords:** MST; Social Moviments; Post Modernit; Criminalization; Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: larabftz@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: sarinhamayrink@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: sparaujo@live.com



## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo constrói inicialmente o processo histórico internacional das tendências capitalistas para superar as frequentes crises de superacumulação e estagnação da taxa de lucro que são inerentes ao próprio modo de produção capitalista. Ao relacionar o contexto internacional ao contexto brasileiro saltam as particularidades da formação sócio-histórica da classe trabalhadora decorrente de uma economia de herança escravista e posteriormente subordinada ao capital estrangeiro. E nesse avanço de políticas cada vez mais ofensivas de cunho neoliberal para apropriação privada de capital, o campo é inserido como uma área em potencial e que, por conseguinte as relações sociais (forma de vida, organização, produção, luta) construídas pelos movimentos sociais camponeses, em específico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se complexificam. A crescente tendência de criminalização do MST e de suas ações, de longe não sendo a única tendência de desmonte, se põe tal como construção ideológica dominante e se apresenta como um grande desafio que implica na existência (risco a vida) e na continuidade da luta do MST (avanço na Reforma Agrária Popular).

## **2. RECONFIGURAÇÃO DO CAPITAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo monopolista vivia um momento de plena expansão. Como forma de dar continuidade a esse processo, os países imperialistas utilizaram do neocolonialismo, que subordinava política e economicamente países aos seus domínios, onde as neocolônias forneciam matéria-prima e alimentos para os países centrais e compravam deles produtos industrializados.

Nesse mesmo contexto de subordinação, tiveram-se os países periféricos da América Latina que também acabaram se tornando dependentes do capital estrangeiro.

Além disso, entre os anos de 1945 e 1960 os Estados Unidos e a Europa Ocidental passavam por um período de grande prosperidade econômica devido ao bom funcionamento do modelo fordista-Keynesianista, período esse em que as taxas de lucro se encontravam muito elevadas e a economia aquecida.

Essa prosperidade dos “Anos Dourados” estava diretamente relacionada ao papel interventor do Estado na economia, em que para que houvesse o consumo da produção em



massa do modelo vigente, aplicou-se políticas que geravam renda à classe trabalhadora, além de acesso à saúde, educação e assistência social (Estado de Bem-estar Social).

Outrossim, durante todo esse período ocorria a Guerra Fria, que ficou caracterizada pela ameaça de um enfrentamento bélico entre os dois modelos de sociedade antagônicos: o capitalismo (representado principalmente pelos Estados Unidos) e o Socialismo (representado principalmente pela Rússia).

Ademais, ocorrem também nesse panorama experiências revolucionárias socialistas por diversas partes do mundo, como a Revolução Russa e a Revolução Chinesa. De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), a ofensiva imperialista em relação a essas experiências perpassava por dois campos: o militar (com o financiamento, por exemplo, das ditaduras na América Latina) e o ideológico (com a propagação do *American Way of Life*).

Já na década de 1960, o capitalismo que antes estava em plena expansão começou a demonstrar sinais de crise. Assim, a classe trabalhadora e a classe média viu o Estado de Bem estar Social entrar em colapso, gerando uma intensificação do pauperismo. O capital monopolista, sem mais medidas eficazes para conter a crise de superprodução, viu-se na necessidade de reconfigurar-se para voltar ao crescimento de suas taxas de lucro e a partir disso houve a transição para a acumulação flexível.

Todo esse contexto anterior cercado de mudanças abriu espaço para o surgimento de críticas ao cenário mundial e à mercantilização das relações sociais. Explode, então, em Maio de 1968 na França e em outros países uma série de manifestações de jovens que acabou desencadeando no que ficou conhecido como Novos Movimentos Sociais.

Os Novos Movimentos Sociais negavam o modelo fordista e seus valores socioculturais e criticavam a esquerda do período. Além disso, se distanciavam do movimento operário e sindical devido a incapacidade desses movimentos de unificarem a classe trabalhadora em um projeto hegemônico que fizesse frente ao projeto capitalista. Repudiavam, também, os crimes de Stalin (demonstrando o enfraquecimento dos partidos comunistas e a não adesão dos movimentos no embate entre os 2 blocos de poder) e a centralização do aparelho estatal a partir da burocratização.

O fato dos “Novos Movimentos Sociais” surgirem dissociados da luta sindicalizada e trabalhista abriu caminhos para novas e múltiplas interpretações conjunturais, como a dos pós-modernos de esquerda.

A leitura pós-moderna vem para dizer que o modernismo se esgotou e que a forma de organização da sociedade se modificou. De acordo Montaño e Duriguetto (2011), o viés pós-moderno analisa os NMS como transclassistas, ou seja, considera que tais movimentos não estavam relacionados com a luta de classes já que, por ser uma sociedade pós-industrial, esse fator de embate entre classes já haveria sido superado. Ademais, essa



concepção reduz os NMS a pautas identitárias e do âmbito da cultura (como feminismo, sexualidade, raça).

Essa análise dos pós-modernos no campo de esquerda acaba por prejudicar a luta e a mobilização pela construção de um projeto de sociedade por meio da luta de classes, já que eles desconsideram todo o debate acerca do capitalismo, da relação direta desse modo de produção com todas as questões reivindicadas pelos movimentos e da necessidade de superá-lo.

### **3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DO MST**

No contexto brasileiro, a Ditadura Civil Militar que se iniciou em 1964 e foi até 1985 - financiada com capital Norte Americano - representou o desmonte de um projeto de desenvolvimento nacional com políticas de caráter progressista e popular alarmado pelos opositores do governo de João Goulart como uma ameaça comunista. Tais políticas visavam à construção e o investimento na indústria nacional, entre essas políticas, a tão necessária Reforma Agrária.

A partir da década de 1980 os governos ditatoriais começaram a entrar em falência por contradições inerentes ao seu projeto. O contexto econômico recessivo corroborava para a perda de apoio de parcelas da sociedade, juntamente a um movimento de caráter classista dos setores populares que pressionavam por mudanças, por redemocratização, por “Diretas Já”. Dessa forma, em 1985, teve-se o fim da Ditadura.

Entretanto, tal fim não dava lugar a um projeto que favorecesse a classe trabalhadora. A Ditadura efetuou com êxito o encerramento do que poderia ter se constituído um projeto nacional, o movimento das “Diretas Já” foi cooptado tendo Collor de Melo como vencedor da eleição presidencial, representando, assim o início da afirmação da dominação do capital financeiro estrangeiro sobre a economia brasileira.

Então na década de 1990 com os governos Collor e FHC aplicam políticas neoliberais que promoveram a privatização de bens públicos e serviços rentáveis; a desregulamentação financeira no âmbito do mercado, e trabalhista com a presença de contrarreformas que flexibilizaram o âmbito do trabalho precarizando-o e gerando aprofundamento das desigualdades sociais; abertura comercial afirmando a neocolonização de países como o Brasil com intuito de reprimarizar a economia.



O processo de formação sócio-histórica das classes sociais e consequentemente o processo de luta de classe no Brasil se particulariza segundo Plínio Jr. (1999) ao expor sobre o capitalismo dependente em Florestan Fernandes, funciona como um “circuito fechado”, os elementos desse circuito são o Estado com nítido caráter de classe sendo solicitado pela burguesia e classes subalternas para mediar seus interesses, e que historicamente age coercitivamente e ora consensualmente; a presença de uma burguesia débil e medrosa com objetivo fim em manter sua estrutura de privilégios; e a presença de uma classe trabalhadora com sua formação sócio-histórica na escravidão onde os negros foram legados a exclusão da terra, a partir de uma abolição feita de “cima para baixo”, e de qualquer estrutura de direitos, que se soma com a presença dos imigrantes constituindo uma classe fragmentada, com o fenômeno do êxodo rural se configura uma “disputa” desigual pelos postos de emprego, e frágil politicamente com uma base sindical fraca que não dá conta de organizar estes sujeitos e devido à preocupação prioritária com a subsistência.

A condição subordinada do Brasil perante o capital estrangeiro significou uma profunda exploração e cooptação dos recursos naturais, e ainda segundo de acordo com Plínio Jr. (1999) não somente uma exploração da classe trabalhadora, mas uma superexploração da mão-de-obra dado que parte da acumulação do capital não fica no país, representando uma superacumulação, devido também ao histórico da má remuneração desta classe, e centralização do capital para fora das fronteiras brasileiras. O que constituiu ao longo da formação da classe trabalhadora brasileira não só desigualdades, mas anacronismos sociais.

E, assim, a apropriação privada da terra, com a criação da Lei de Terras em 1850, foi anunciada um xeque para a população negra, e após o período da abolição a não distribuição da terra concretiza-se como um dos elementos centrais das desigualdades sociais no Brasil. Esta questão se aprofunda nos anos de 1990 com os governos Collor e FHC onde dão início a conjuntura econômica e política neoliberais que representou uma enorme ofensiva a classe trabalhadora.

No entanto, o caráter contraditório do capitalismo no fazer das relações sociais impulsiona o surgimento de diversos Movimentos Sociais. Entre os Movimentos Sociais brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a qual iremos nos deter, foi criado em 1984 com o propósito da luta pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil.

O Movimento está presente em 24 estados, nas 5 regiões do país, onde cerca de 350 mil famílias estão assentadas, graças a luta e organização dos trabalhadores rurais. Na organização do Movimento, as famílias de assentamentos e acampamentos compõem uma



estrutura participativa e democrática, na qual jovens, adultos, homens e mulheres têm direito a voto. Dessa forma, discutem-se as demandas de cada área em núcleos de debate, dos quais surgem sempre um coordenador e uma coordenadora do assentamento ou acampamento que se dá no âmbito regional, estadual e nacional. Como forma de organização de tarefas e funções o Movimento se divide em diversos Setores e Frentes.

A compreensão de realidade colocada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é que a solução para os problemas da sociedade brasileira só será possível com a construção de um Projeto Popular para o Brasil, sendo esse fruto da organização dos trabalhadores. Dessa forma, o MST enxerga na Reforma Agrária sua grande contribuição para a concretização desse projeto, participando de organizações e articulações que tem como fim a transformação da realidade e garantia de direitos sociais. Dentre tais organizações, no âmbito nacional, encontram-se o Fórum Nacional da Reforma Agrária, a Coordenação dos Movimentos Sociais e campanhas permanentes ou de cunho conjuntural, enquanto no âmbito internacional está a Via Campesina, responsável pela congregação dos movimentos sociais do campo em cinco continentes.

No que diz respeito à Reforma Agrária, se trata de uma luta pela distribuição de terras a camponeses, como forma de democratizar a propriedade da terra e garantir seu acesso a todos que queiram nela produzir e dela usufruir. A isso se alia, no MST, a luta pela transformação social, buscando uma sociedade com um projeto de desenvolvimento de justiça social, que solucione problemas mais graves na estrutura da sociedade do Brasil, como a desigualdade social e econômica, discriminação, exploração do trabalhador e a concentração da comunicação.

Ao longo da trajetória do MST a dimensão da luta de classes e a emancipação dos indivíduos têm sido o norte e tem sido colocado no fazer da realidade do Movimento, que está na forma como produzem, na organização da militância, das suas comunidades e de suas tarefas em Frentes, na produção de conhecimento e na denúncia dos processos de exploração e expulsão da população do campo pela lógica do latifúndio, na incorporação de todos aqueles que querem compor e lutar pela terra.

#### **4. CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST**

No avançar do capitalismo ao longo do século XX na busca por novos espaços para acumulação de capital, a agricultura passa a ser alvo das políticas de modernização e



especulação do capital financeiro. De acordo com Mônica Cox no Dicionário da Educação do Campo a adoção de medidas modernizadoras e tecnologias desenvolvidas pós-guerra se configuraram na Revolução verde, cujo objetivo era intensificar a oferta de alimentos utilizando-se da justificativa de solucionar a fome no mundo na promoção da ideia de acabar com a escassez e dependência de alimentos.

O que ficou conhecido como a Modernização da Agricultura a partir de 1950 no Brasil significou grandes impactos nos aspectos social, econômico, político, cultural e ambiental e, somado a particularidade brasileira da permanência dos latifúndios, gerou profundas desigualdades para a população do campo, complexificando a questão agrária.

Segundo Paulo Alentejano, no Dicionário da Educação do Campo, a Modernização da Agricultura foi um contraponto às propostas de Reforma Agrária gestadas pela esquerda nesse período, onde os defensores da modernização acreditavam ser possível “desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição de terra”, pensamento contrário dos que defendiam a Reforma Agrária, que era extremamente necessária para o desenvolvimento justo da agropecuária no Brasil. Contudo, a Modernização da Agricultura só foi possível pelo maciço investimento do Estado após a Ditadura Militar de 1964, significando para o autor “uma aliança do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária sob o generoso patrocínio (...) do Estado”, configurando uma Modernização Conservadora. Essa implicou na distribuição regressiva da renda e que, por conseguinte ampliou as desigualdades no campo, provocando mudanças “nas relações de trabalho, com o avanço das relações de assalariamento” e reatualizando as relações do colonato e semelhantes, em detrimento das formas de organização familiar.

Além disso, o autor também explicita que a “Modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra” inclusive por transnacionais, que segundo o site do MST, são 20 grupos internacionais contabilizados só no relatório da organização Grain cuja pesquisa estuda sobre o fenômeno mundial de aquisição de terras, *land grabbing*. As empresas controlam milhares de hectares e também partes expressivas dos processos de produção, processamento agroindustrial e na comercialização, configurando um movimento de controle verticalizado.

Junto ao processo de Modernização da Agricultura, no período na transição dos anos de 1980 para os anos de 1990, tem-se o estabelecimento do Agronegócio como forma predominante de controle e produção de insumos e produtos que visam ir para além da expansão da capacidade produtiva, tendo como tendência a concentração e centralização de terras e dos diversos setores relacionados à produção, como exposto também por Sérgio Pereira e Leonilde Servolo no Dicionário da Educação do Campo.





Assim, tais mudanças que obedeciam a agenda neoliberal resultaram na expansão do processo de internacionalização das terras brasileiras. Segundo o site da Câmara dos Deputados na reportagem de Renata Tôrres de acordo com os dados do INCRA de 2010, 4,5 milhões de hectares das terras brasileiras estão sob controle do capital externo. A contínua expansão da concentração e centralização da terra e dos processos produtivos agropecuários por grandes latifundiários e também por transnacionais tem como objetivo suprir o mercado internacional, enquanto o mercado interno é sustentado pela agricultura familiar brasileira, esta que tem sido cada vez mais impedida de produzir.

Esse longo processo de modernização e adaptabilidade das tecnologias no campo se configurou como uma enorme ofensiva as formas de vida rurais, impactando-as de diversas formas, tais quais: expulsão de famílias da terra que historicamente pertenciam a elas; nas formas de subsistência dos trabalhadores rurais, que era produzindo e cultivando a terra; no conhecimento tradicional do cultivo obrigando-lhes a utilizar as sementes transgênicas e agrotóxicos da Revolução Verde prejudicando a soberania alimentar não só das famílias, mas de toda a comunidade que tinha acesso a essa produção; na subjetividade, pois era na terra histórica que faziam a sua cultura e ensinavam suas tradições e por último, mas não menos importante, no processo violento de expulsão/expropriação que causam mortes daqueles que recusam atender as demandas do capitalismo no campo e que resistem de alguma forma as ações da elite agrária dominante, ações repressivas do aparato estatal seja da polícia ou das legislações criadas pelo Congresso.

Quando mencionamos famílias, retomamos a atenção para os movimentos sociais camponeses, em especial para o MST. De acordo com os relatórios anuais “Conflitos no Campo Brasil” produzidos pela Comissão Pastoral da Terra os diversos tipos de conflitos por terra ou recursos ligados a terra tem seus números cada vez mais expressivos, tanto na confirmação de assassinatos quanto nas tentativas de assassinato a sem terras assentados, acampados e lideranças. O que denota na repressão aos movimentos e sujeitos que defendem a terra para a sobrevivência, orquestrada pelo sistema que sustenta o monopólio da concentração de terra para especulação e para Agronegócio.

Segundo Izabela Sanchez, para a Carta Capital em abril de 2017, citada pela Comissão Pastoral da Terra em uma análise de 2015 do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira da USP:

(...) os anos que apresentam números mais elevados de conflitos, sobretudo de assassinatos de camponeses e camponesas, são aqueles em que acontecem mudanças no cenário político.

No período da redemocratização discutiam-se acirradamente os termos da nova constituição. ‘Os movimentos populares ligados ao campo eram extremamente ativos e foram os que conseguiram o maior número de assinaturas num projeto levado à Constituinte sobre Reforma Agrária’, observa o pesquisador. ‘A reação do





latifúndio era tentar conter este ímpeto. Por isso o número mais elevado de assassinatos, 125 em 1985, e 105, 109, 93, 56, nos anos subsequentes, registrando 75 em 1990'.

O outro período de números mais elevados de conflitos foi aquele entre 2003 e 2007: Em 2003, 73 assassinatos. Foi quando o PT assumiu o poder com Lula. Diante da promessa feita pelo candidato de que com uma canetada faria a reforma agrária, a reação do latifúndio não se fez esperar. O número de assassinatos o atesta. Mas como os ruralistas acabaram se incorporando ao próprio governo, e como a reforma agrária nunca se tornou realidade, os assassinatos foram refluindo. (SANCHEZ, 2017).

Com o Estado defendendo os interesses do capital financeiro no campo mediando os conflitos por meio de ações institucionais/judiciais que resultam na expulsão de famílias acampadas e assentadas em terras que não estão cumprindo sua função social, cumprem também com o papel ideológico de criminalizar o MST.

Alega-se inverdades sobre as ações políticas do MST, encobrando o caráter da função social da terra que é defendido na Constituição; fazem vista grossa para a condição de apropriação ilegal por grilagem dos grandes latifúndios; utilizam dos meios de comunicação de massa para propagar a defesa da propriedade privada da terra para influenciar ideologicamente a sociedade contra os movimentos sociais; e fragmentam a classe para fragmentar a luta de classes dificultando o reconhecimento da questão agrária como expressão da questão social e, de uma forma mais geral, reforçam a dicotomia de que os problemas da apropriação de terra no campo não rebatem na cidade, fazendo com que a luta do MST e dos outros movimentos sociais pareçam estar isoladas.

## **5. SÉCULO XXI: O MST NOS GOVERNOS PT E O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES PÓS GOLPE**

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, com início em 01 de janeiro de 2003 e fim em 30 de agosto de 2016, é de extrema importância para aqueles que buscam compreender o panorama brasileiro do século XXI. Nesse sentido, vale destacar que sendo este um partido originário da classe trabalhadora e operária, concretizado em 1980, no final da Ditadura Militar Brasileira, o PT abriu espaço para a democratização do poder político historicamente distanciado e negado aos trabalhadores, ao possibilitar que seus representantes exercessem tal poder.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por sua vez, é resultado do “agravamento das desigualdades sociais e da repressão no meio rural, algumas das consequências nefastas da Ditadura Militar que, de certa forma, ainda vigoram no Brasil” (SANTOS, 2006). Nessa perspectiva, o MST se constitui como alternativa concreta no



cenário político e social brasileiro; um espaço para a reivindicação e defesa de direitos dos trabalhadores no cenário político brasileiro. Tendo em vista objetivos similares, o Partido dos Trabalhadores teve relação direta com o nascimento do MST em 1984, ainda que as diferenças características entre partido político e movimento social estejam bem definidas nesse caso.

É importante mencionar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra busca a Reforma Agrária, que consiste na reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover e proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social. E também a transformação social, que busca transformar a estrutura da sociedade brasileira e montar projetos de desenvolvimento nacional com justiça social. O conjunto dessas bandeiras constrói um quadro que afirma que o desenvolvimento da economia nacional deve ser voltado para a melhoria das condições de vida da população, de forma que as reivindicações também se dão na defesa de reforma política e criação de mecanismos de participação direta e democrática da população nas decisões políticas e sociais.

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, integrante do PT, no dia 31 de agosto de 2016, constituiu um golpe não-clássico, de acordo com o autor Marcelo Braz (2017), uma vez que aconteceu dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas. Apesar dos discursos do Partido dos Trabalhadores, é de conhecimento geral que o mesmo serviu aos interesses do grande capital e seus sócios brasileiros durante todo o seu mandato. Esse fato pode ser visto no levantamento estatístico da Comissão Pastoral da Terra em 2010, que mostra que houve (até esse ano) uma redução de 44% do número de famílias assentadas e 72% do número de hectares destinados à Reforma Agrária, de forma que se conclui que a Reforma Agrária não foi uma prioridade para o governo do PT durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apesar das promessas do presidente. Ainda assim, “estes [grande capital e seus sócios brasileiros] agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente a ele” (BRAZ, 2017). Nesse sentido, levando em consideração a origem e os objetivos do MST, é simples entender como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff afeta diretamente a situação (até mesmo de existência) do Movimento.

O autor Marcelo Braz defende que o Brasil de 2016 possuía características que evidenciavam uma crise hegemônica, de forma que as classes dominantes trabalhavam num novo cenário no qual a reprodução dos interesses capitalistas fosse mais eficaz. Essa perspectiva se provou correta nas eleições de 2018 para o presidente de 2019 quando, no dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro venceu. O mesmo, aberto apoiador da classe



dominante, sempre votando contra os trabalhadores e aqueles com menor renda durante seu tempo como Deputado ameaça a existência do MST, ao afirmar no dia 21 de maio de 2018, em evento na Associação Comercial do Rio de Janeiro, que “os participantes do MST são marginais que cometem atos terroristas ao violar a propriedade privada e que, por esse motivo, merecem a morte.”

## 6. CONCLUSÃO

Além de classificar os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como “vagabundos e marginais”, o Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, afirmou em sua campanha de 2018 que buscaria tipificar a ação de ocupar propriedades privadas como ato terrorista. O Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2016, que está em tramitação, propõe alterações na Lei Antiterrorismo, de forma que o conceito de terrorismo seria ampliado para abarcar também a motivação política, ideológica ou social. Nesse sentido, se esse Projeto de Lei for aceito, as ocupações de terra e ações de movimentos estudantis que ocupem um ambiente estariam enquadrados como terrorismo, cumprindo a promessa de campanha de Bolsonaro. Além disso, existe uma Sugestão Legislativa, em debate no Senado, que busca criminalizar especificamente movimentos que tem dentre seus objetivos a ocupação de propriedades privadas, como o MST e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Apresentando desconhecimento da realidade da Questão Agrária no Brasil, Bolsonaro incita a violência contra uma parcela da população que já possui um histórico de crueldade contra ela. Como resultado de seu discurso de ódio, no dia 27 de outubro de 2018, o acampamento Sebastião Billar, localizado no Mato Grosso do Sul, foi atacado por eleitores do futuro presidente, que incendiaram vários barracos. Esse acontecimento deixa claro, a capacidade de um discurso que tem como objetivo tornar qualquer movimento social impopular, de retroceder décadas de avanços sociais conquistados com muito ardor.

Nessa perspectiva, o MST tem como desafio as seguintes pautas: a construção e fortalecimento de uma frente democrática, a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a defesa dos movimentos populares e das intuições de defesa da classe trabalhadora. Uma vez que o grupo acredita que a via eleitoral não é suficiente para construir uma nova condução política, afirma que passa a ser responsabilidade da esquerda brasileira ampliar a oposição para fazer frente à nova ordem que está colocada.



Diante desse cenário, para as forças populares e para o MST o desafio será a resistência. Combinando organização e formação de base e, desencadeando processos de lutas mais ampliadas e articuladas entre si, com bandeiras que expressem as aspirações e desejos dos setores populares. Capaz inclusive de motivar e recolocar a frente jurídica e popular em sintonia para questionar o Estado no cenário de violações e retirada dos direitos fundamentais, de livre organização e liberdade de expressão garantidos na constituição. (FERREIRA, 2018).

Assim, tendo em vista a conjuntura política que não possibilita quaisquer possibilidades de melhora para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a luta política e as reivindicações por direitos deverão ser aprofundadas e construídas em articulação com outros movimentos sociais, tais como o movimento negro, LGBTQ+, o feminista e etc. Para que, além do aumento dos números, o conhecimento revolucionário entre grupos periféricos seja trocado e fortaleçam uns aos outros.

Além disso, o MST terá que usar do processo dialético de fala e escuta para mostrar ou relembrar a sociedade civil dos benefícios de suas práticas e de suas lutas, e para disseminar as informações corretas para a população sobre seus objetivos. Também, entre os métodos para atingir tais objetivos incluem-se ações de massa, promovendo ocupações de terras públicas com um volume considerável de pessoas. Nesse sentido, é importante que o Movimento intensifique seu contato com as Universidades, com o movimento estudantil e com os sindicatos e partidos de esquerda, de forma a envolver essas categorias na militância de luta de classe, e também desenvolver tal luta.

## 7. Referências Bibliográficas

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo. *In: Serviço Social & Sociedade*, n 128. São Paulo, 2017: p. 85-103.

LEITE, Sérgio Pereira. MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Estado, Classe e Movimento Social, 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. “Revolução Verde”. *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário*



**da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Capitalismo dependente e luta de classes em Florestan Fernandes. *In*: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e Barbárie; os dilemas do capitalismo dependente.** Petrópolis: Vozes, 1999: p. 129-166.

SANCHEZ, Izabela. Carta Capital. **2016 tem aumento de 232% na expulsão de famílias do campo. Relatório da CPT aponta papel do latifúndio e do agronegócio nos despejos.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/2016-tem-aumento-de-232-na-expulsao-de-familias-do-campo/@@amp>. Acesso em: 25. nov. 2018.

SANTOS, Andrea Paula dos. **Trajetória do PT e do MST: a ação política entre a resistência e a institucionalização.** Revista HISPECI & LEMA, Faculdades Integradas Fafibe, v. 9, p.97-99, 2006.

TORRES, Renata. **Governo não tem controle de terras em mãos estrangeiras aponta Incra.** Publicado em: 02 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/200495-GOVERNO-NAO-TEM-CONTROLE-DE-TERRAS-EM-MAOS-ESTRANGEIRAS,-APONTA-INCRA.html>. Acesso em: 25 nov. 2018.